

## **Niñ@sur: avanços e desafios de um trabalho em âmbito regional**

Para sua primeira edição, o **Boletim Justiça Infância Juventude (JIM)** produziu uma entrevista com Carmem Silveira Oliveira, subsecretária de Promoção dos Direitos das Crianças e Adolescentes da Secretaria de Direitos Humanos do Brasil.

A entrevista trata da trajetória do **Grupo de Trabalho Niñ@sur** e da necessidade de uma atuação conjunta entre **Niñ@sur** e a **Associação Internacional MERCOSUL dos Juízes da Infância e Juventude (AIMJJ)**.

Atualmente presidido pelo Brasil, o GT Niñ@sur tem como objetivo a promoção e proteção dos direitos da infância e adolescência no âmbito do MERCOSUL. Desta forma, o Niñ@sur trabalha pelo cumprimento da Convenção sobre os Direitos das Crianças. Além disso, estimula a cooperação entre os Estados do bloco, para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio relacionados aos direitos da infância e adolescência.

A seguir publicamos uma parte da entrevista. **A versão completa está disponível no site da AIMJJ.**

**JIM** - Qual a importância de um trabalho conjunto entre o Grupo de Trabalho Niñ@sur e AIMJJ?

**Carmen Silveira Oliveira** - De um modo geral, temos um cenário que nos mobiliza a uma ação conjunta ainda maior, considerando o processo de redemocratização em curso na região, bem como o desenvolvimento econômico que alinha nossos países com maior destaque no cenário internacional. Ou seja, estamos diante de um momento privilegiado no sentido de assegurar o acesso aos direitos das novas gerações.

A intersecção de pautas entre os vários grupos no âmbito do MERCOSUL é tão importante quanto a agenda setorial comum entre os países. Nesse sentido, o MERCOSUL Direitos Humanos e, no caso, a Iniciativa Niñ@Sur têm priorizado em suas reuniões o diálogo com diversos segmentos, abrindo discussões com a sociedade civil organizada, organismos internacionais, parlamentares, centros de formação, entre outros.

Desde 2006, foram construídos também espaços de articulação com outras áreas do MERCOSUL, como educação, desenvolvimento social e justiça. Todos os temas e prioridades pactuados em nossos planos de trabalho nesses anos envolvem, necessariamente, a parceria com o Judiciário, o que poderá ser agora potencializada com a perspectiva de uma maior aproximação.

**JIM** - Uma das metas do Niñ@sur é relacionada à adequação normativa dos países do Mercosul aos instrumentos internacionais de proteção dos direitos da criança e do adolescente. Qual é o papel dos Sistemas de Justiça para se alcançar essa meta?

**Carmen Silveira Oliveira** - A maior articulação dos gestores governamentais com o Judiciário no âmbito do MERCOSUL é fundamental na implementação das políticas dos direitos humanos de crianças e adolescentes nessa região, especialmente porque a maioria dos países ainda tem marcos legais que não estão atualizados em relação à Convenção sobre os Direitos da Criança ou promoveram reformas legislativas recentes. Essa situação produz contradições na aplicação das leis, bem como gera descompassos na gestão das políticas públicas.

Por isso, os planos de trabalho pactuados pelos países na Iniciativa Niño@Sur desde 2006 envolveram estudos do marco legal em vários temas, como justiça juvenil e violência sexual, por exemplo. Mas essa pauta governamental deve, necessariamente, ser complementada e enriquecida com o necessário diálogo com os juízes da Infância e Juventude.

No Brasil, essa aproximação tanto com o Judiciário quanto com a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente tem sido fundamental nesses 20 anos de implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente. E, nos últimos anos, foi considerada prioridade pelo governo brasileiro.

**JIM** - Passados cinco anos desde a Declaração sobre Justiça Penal Juvenil, quais são os avanços na implementação das propostas desse documento?

**Carmen Silveira Oliveira** - No Brasil, vários passos definitivos foram dados. Em 2006, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) aprovou o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, com novos parâmetros pedagógicos para o atendimento de adolescentes em conflito com a lei, bem como novas referências arquitetônicas para a construção das unidades de internação.

Na época, o Governo Federal instalou uma Comissão Intersectorial, composta de vários ministérios, que acompanha a implementação dessa política. Investimentos foram reforçados em uma ação conjunta nesses últimos 4 anos, tais como os compromissos de retaguarda da rede de saúde pública às unidades de internação, a vinculação das escolas à rede regular de ensino, a criação e financiamento de serviços de execução das medidas em meio aberto na área de assistência social nos municípios com mais de 20 mil habitantes, a instalação de Escolas de Formação do Sinase (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo) nos estados brasileiros e também de uma plataforma de ensino à distância para os operadores de todo o sistema, a implantação de um sistema web de informações, bem como o apoio à reforma e construção de unidades de internação.

Destaca-se ainda o envio em 2006 ao Congresso de um projeto de lei que institui o Sinase e estabelece procedimentos para a execução das medidas socioeducativas. Esse projeto já foi aprovado na Câmara dos Deputados e tramita atualmente no Senado Federal.

Todas essas iniciativas foram decisivas para contrapor às demandas sociais pela redução da maioridade penal e aumento do tempo de internação, geradas por uma cultura do medo que elegeu o adolescente pobre como o "bode expiatório" da violência urbana em nosso país. Também concorreram para alguns resultados promissores, tais como a redução da taxa de internação. Enquanto no período

1996-1999 a taxa aumentou em 102%, entre 2006-2009 (período de implementação do Sinase) cresceu apenas 9%.

**JIM** - E quais são os principais desafios?

**Carmen Silveira Oliveira** - Aprovar esse projeto de lei ainda é um desafio, considerando que o Senado brasileiro tem uma composição mais conservadora. Por outro lado, precisamos investir mais em políticas públicas direcionadas ao adolescente em geral, como a atenção à saúde, em especial pela problemática de drogadição, uma educação de qualidade, bem como profissionalização e geração de renda. Considerando o contingente desse segmento na população brasileira (são mais de 30 milhões) é inadmissível a insuficiência de políticas públicas direcionadas à garantia de seus direitos.

Cabe salientar ainda que nossas cidades, especialmente nas periferias, ainda carecem de equipamentos culturais e esportivos, bem como áreas de lazer para uma convivência comunitária segura de crianças e adolescentes. Por outro lado, cresce a tendência à guetificação, com o apartheid dos pobres e a concentração das elites em condomínios e lugares com acesso restrito, como os shoppings de luxo. Ou seja, estamos todos praticamente condenados ao meio fechado, ao insulamento cultural que faz proliferar estigmas e alimenta valores resistentes à cultura em direitos humanos. Enfrentar tais cenários é um desafio e tanto para os defensores dos direitos das novas gerações...